

O silêncio no ciberdiscurso: *ethos* e o sujeito-avatar

Silence in the cyberdiscourse: *ethos* and the avatar-subject

Luís Fernando da Silva¹

Rosemeri Passos Baltazar Machado²

Resumo: Em tempos de pós-verdade, a crescente automação, impulsionada pela inteligência artificial (IA), consoante Harari (2018), ameaça dizimar empregos e acentuar a disparidade social, concentrando poder e recursos em uma elite. Nessa conjuntura, à luz da Análise de Discurso (AD), buscamos explicitar e analisar os processos de efeitos de sentidos emergentes em materialidades do ciberdiscurso e discurso cibernético para compreender o funcionamento cibercultural. Discutimos a individua(liza)ção do sujeito-avatar e a projeção de diversos tipos de *ethos*, conforme Maingueneau (2025), considerando o trabalho articulado das formas do silêncio propostas por Orlandi (2007). Neste estudo de caráter qualitativo, bibliográfico e analítico, exploramos três sequências discursivas: a) um *reel* sobre vigilância e controle algorítmico a partir da experiência de Marilena Chauí com uma assistente virtual, b) um *post* do CEO da *Microsoft* Satya Nadella sobre inovação e poder tecnológico e c) um trecho das políticas de privacidade constituinte do discurso institucional da *Meta* em seu *site* oficial. Diante da atualidade e relevância social do tema, esperamos contribuir com reflexões que abordem a relação entre tecnologia digital, sociedade, linguagem e ideologia. Nessa empreitada, concluímos que o trabalho articulado das formas do silêncio está imbricado na constituição dos *ethé*.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Ciberdiscurso. Silêncio. *Ethos*. Sujeito-avatar.

Abstract: In post-truth times, the increasing automation, driven by artificial intelligence (AI), in agreement with Harari (2018), threatens to obliterate jobs and exacerbate social disparities, concentrating power and resources in an elite. In this context, in light of the Discourse Analysis (DA), we seek to clarify and analyze the processes of meaning effects emerging in the materialities of cyberdiscourse and cybernetic discourse to understand cybercultural functioning. We discuss the individua(liza)tion of the avatar-subject and the projection of various types of *ethos*, conforming to Maingueneau (2025), considering the articulated work of the silence forms proposed by Orlandi (2007). In this qualitative, bibliographical and analytical study, we explore three discursive sequences: a) a reel about surveillance and algorithmic control based on Marilena Chauí's experience with a virtual assistant, b) a post by Microsoft CEO Satya Nadella about innovation and technological power and c) an excerpt from the privacy policies constituting Meta's institutional discourse on its official website. Given the topicality and social relevance of the theme, we aim to contribute to reflections on the relationship among digital technology, society, language and ideology. In this endeavor, we conclude that the articulated forms of silence are embedded in the constitution of *ethé*.

Keywords: Discourse Analysis. Cyberdiscourse. Silence. *Ethos*. Avatar-subject.

¹ Doutorando na Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Londrina, PR, Brasil. Endereço eletrônico: louisfernand@hotmail.com.

² Professora Associada na Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Londrina, PR, Brasil. Endereço eletrônico: rosemeri@uel.br.

Introdução

Diversos marcos transformaram a trajetória humana no que tange à (r)evolução tecnológica. Contudo, essa progressão inventiva atingiu, no século XXI, uma aceleração ímpar. Baseados em Zuboff (2020), podemos dizer, que a transição do analógico para o digital impôs uma nova lógica de poder: a dataficação de sujeitos, especialmente com a inteligência artificial (IA). Enquanto as *big techs* vêm demonstrando supremacia ainda há pessoas que passam fome, vivem sem condições dignas de saneamento básico, moradia, emprego ou acesso à educação, sendo excluídas tanto socialmente quanto digitalmente. Não basta ser nativo digital. Como alerta Harari (2018), percebemos que a crescente automação, impulsionada pelos algoritmos, pode desalojar pessoas de seus empregos, e, conseqüentemente, o poder e os recursos financeiros serão ainda mais monopolizados, gerando uma disparidade social inédita. Diante desse cenário, a Análise de Discurso (AD) constitui um campo teórico essencial para a compreensão dos sentidos que emergem das práticas discursivas digitais. Por se tratar de uma temática um tanto recente, a relação entre linguagem, tecnologia e poder demanda debates e reflexões.

Nesse horizonte, nosso objetivo principal é explicitar e analisar alguns dos processos de efeitos de sentidos emergentes em três materialidades discursivas cibernéticas e sejamos capazes de compreender, em sua historicidade, o funcionamento cibercultural e os modos pelos quais os discursos dessas amostras participam da constituição dos sentidos na sociedade contemporânea. Buscamos, especificamente: a) discutir sobre as condições de constituição e circulação dos discursos, refletindo sobre os processos de individua(liza)ção do sujeito-avatar no jogo ideológico para o funcionamento do capital(ismo); b) entender, conforme Maingueneau (2025), os *ethé* imbricados em nossas amostras, estabelecendo a distinção entre *ethos* “enquadrante” e “enquadrado”, bem como suas saliências; c) compreender, ancorados em Orlandi (2007), o trabalho articulado das formas do silêncio na/para a movimentação dos sentidos outros e, especialmente, para o surgimento do *ethos*.

Ciberdiscurso, cibercultura e o sujeito-avatar

O que se iniciou como ficção científica, em uma tentativa de mesclar o humano com uma máquina, ou seja, um ciborgue, de certa forma, transformou-se em realidade devido aos dispositivos eletrônicos implantados nas pessoas e ao uso de próteses biônicas. Tal noção favoreceu a ideia de um ciberespaço. No campo acadêmico, conforme Lévy (1999, p. 92), o conceito assume a qualidade de “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias informáticas”.

Embora estes vocábulos “ciberespaço”, “ambiente virtual” e “ambiente digital” sejam frequentemente utilizados como sinônimos, há diferenças conceituais sutis. O ciberespaço é referido por Lévy (1999) como sendo simbólico e interativo através das (inter)conexões digitais e pelos fluxos de informação. Santaella (2003) considera o ambiente virtual os locais de simulação e imersão, como jogos, realidades aumentadas e plataformas tridimensionais. Dessa forma, o ambiente digital é uma noção mais ampla, que inclui qualquer meio mediado por dispositivos digitais – desde uma rede social até um *site* institucional. Assim, todo ambiente virtual é digital, mas nem todo ambiente digital constitui um ciberespaço, uma vez que este implica interação, compartilhamento e produção individual ou coletiva de discursos.

Surge, então, a necessidade de especificar os discursos que nele circulam a fim de marcar as novas formas de enunciação, por vezes híbridas, em que o meio tecnológico faz com que haja a circulação de gêneros discursivos concernentes ao ciberdiscurso e discurso cibernético. A partir de Braga (2000), entendemos que o primeiro é constituído por conjunto(s) de práticas discursivas, que se materializam nas redes e plataformas digitais, e se caracteriza pela interatividade, hipertextualidade e multimodalidade. O segundo tipo que – em tese, seria neutro – remete, para o autor, à racionalidade técnico-informacional e estrutura as condições de existência desse mesmo meio. Consoante Lévy (1999), podemos dizer que cibercultura é correlata à transformação da sociedade a partir das tecnologias digitais, alterando a forma como nos comunicamos, produzimos conhecimento e construímos relações sociais. Dito isso, compreendemos o ciberdiscurso como produto da cibercultura e, portanto, das interações humanas mediadas pela tecnologia, enquanto que o discurso cibernético é a expressão da racionalidade técnica que sustenta a própria infraestrutura dessas interações. Então, comentários e *memes* nas redes sociais – enfim

posts dos mais diversos, bem como debates em fóruns *online* e textos de influenciadores digitais – são ciberdiscursos. Todavia, mensagens automáticas de assistentes virtuais, recomendações instantâneas de plataformas e textos gerados por IA configuram-se como discursos cibernéticos, cuja materialidade ocorre por meio do que Orlandi (2022) denomina de memória metálica: uma memória técnica das máquinas, sem historicidade, que acumula dados de forma saturada, mas, em princípio, não produz significação.

O mundo contemporâneo, para Guilbert (2020), possui um arraigamento do (neo)liberalismo nas mídias/redes digitais e, de acordo com Santos (2011), é influenciado por globalizações e caracterizado por estarmos imersos em uma diversidade cultural inclusive virtualmente. Por isso, é importante refletirmos sobre multiculturalismo e interculturalidade crítica. Segundo Candau (2017), cultura é o compartilhamento de significações que possibilita o autorreconhecimento e o reconhecimento de outros sujeitos enquanto pertencentes ao mesmo “mundo”, mas, simultaneamente, não deixam de ter/ser narrativas em disputa. Não há, por exemplo, uma única cultura dita brasileira; ela é vasta e complexa. Além disso, não existe cultura melhor ou pior e, portanto, não devemos considerar um etnocentrismo.

Nas palavras de Santos (2011, p. 50), “a globalização é o resultado inelutável da revolução nas tecnologias da informação”. Para ele, as ações globais do capitalismo estão intimamente ligadas a duas forças multifacetadas, as quais perpassam a tecnologia: a hegemônica e a contra-hegemônica. Em relação à contra-hegemônica, podemos pensar em decolonialidade, consoante Walsh *et al.* (2018), bem como em globalização cultural, considerando que as identidades culturais atualmente são mais difusas, conforme destaca Candau (2017): a globalização e as tecnologias digitais intensificam o contato intercultural, exigindo o reconhecimento das diferenças e o exercício da convivência na diversidade. De modo convergente, Walsh *et al.* (2018) propõem a perspectiva da interculturalidade crítica, que implica resistir às lógicas coloniais (de pensamento/linguagem) e promover diálogos horizontais entre saberes distintos. Assim, a cibercultura, ao reunir múltiplas vozes e narrativas, pode tanto reproduzir desigualdades quanto servir de espaço de contestação e decolonialidade.

Ao discutir as formas de sociabilização na cibercultura, Lévy (1999) destaca que o ciberespaço (re)configura a experiência do sujeito ao instaurar novas formas de presença

(ou ausência) e pertencimento, isto é, há uma pluralização das posições de sujeito; notamos, então, influências no surgimento dos *ethé*. Não podemos nos esquecer de que, para a AD, o sujeito passa por uma individuação e individua(liza)ção que dizem respeito ao processo historicizado pelo qual ele se constitui e se diferencia do indivíduo no/pelo discurso. Orlandi (2003) explica que, por um lado, é na individuação, posição possível no interior de FDs, que o sujeito tem a ilusão de ser a origem daquilo que enuncia, mas como é atravessado por outros dizeres, ele até pode se reconhecer no que diz, embora não domine os sentidos e os efeitos de seu discurso. Logo, o sujeito é efeito de processos históricos, ideológicos e discursivos. Por outro lado, a individua(liza)ção, ressalta a ilusão de autonomia, ou seja, de um “indivíduo livre”, qualquer que seja a posição ocupada, quando, de fato, não é; sua identidade discursiva é constituída por uma formação ideológica (FI). De acordo com a autora, o sujeito, mesmo sendo efeito, também participa da produção dos sentidos, ou seja, sua definição está sempre ancorada entre a determinação e o deslocamento.

No ciberespaço, o sujeito pode assumir o papel de sujeito-avatar. O termo sânscrito “avatar”, no contexto hinduísta, para designar a manifestação de uma divindade em forma terrena, em princípio, quer dizer “descida” ou “encarnação”. Na cibercultura, geralmente, designa, de forma simbólica, a representação gráfica de um usuário em ambientes virtuais, como jogos, redes sociais e fóruns digitais. Não é apenas uma imagem estática, mas um dispositivo identitário, que o corporifica virtualmente. Da Silveira *et al.* (2025), em congruência com a AD, ressaltam que o sujeito-avatar projeta e (re)organiza aspectos de sua identidade. Segundo Schons e Fukue (2012), essa “função-avatar” é definida como uma forma discursiva que desloca a autoria e a presença do sujeito, de modo que ele se manifesta por meio de um operador digital (imagem, pseudônimo, perfil *etc.*), regulando sua visibilidade e modos de enunciação. Portanto, o sujeito-avatar é produzido conforme as condições de produção (CPs) na materialidade digital, em que os algoritmos, configurados segundo as políticas das plataformas, delimitando o que pode ou não ser dito.

Orlandi (2013) discute o funcionamento do discurso no contexto das tecnologias digitais, propondo uma reflexão sobre a materialidade do gesto de interpretação no ambiente digital. O espaço não é compreendido apenas como um suporte técnico, mas como uma nova materialidade discursiva, que (re)organiza as formas de circulação, leitura e

produção de sentidos. Embora os dispositivos digitais operem com lógicas e técnicas repetíveis, o gesto interpretativo permanece marcado pela historicidade, sem eliminar a centralidade do sujeito e da ideologia na produção de sentidos. Assim, a IA reconfigura o modo como o conhecimento é produzido, legitimado e circula socialmente, tensionando a relação entre sujeito, saber e tecnologia.

O momento histórico pelo qual estamos passando é compreendido por Orlandi (2022) como sendo a era da pós-verdade que é um efeito discursivo, em que os sujeitos e os sentidos são transpostos por novas formas de produção de saber e informação. Para a autora, a pós-verdade é um modo específico do funcionamento discursivo, no qual o sentido de verdade é deslocado. Em vez de tratar a pós-verdade como mera manipulação de fatos, como faz o senso comum, ela considera outros fatores, tais como a fragmentação dos sujeitos e dos discursos. O que há são efeitos de verdade para os sujeitos ideologicamente marcados, mas com pretensões de apagamentos do caráter histórico que a “verdade” precisa(ria) apresentar. A partir dessa formulação, compreendemos que a superficialidade, as aparências de “verdade” e a reprodução instantânea também deixam suas consequências para sujeitos-avatares com *ethos* de amador e de profissional. Esse funcionamento pode ser observado quando a pesquisadora (2022, p. 19, destaque da autora) questiona a eficiência de um repórter que apenas faz a descrição do “que a imagem está mostrando, como se sua fala fosse uma ‘notícia’ do que estamos vendo”.

Entendemos que além dos benefícios, como valorização informacional, letramento digital, fortalecimento da checagem de informações, questionamento do monopólio da “verdade”, que essa conjuntura acarreta, surgem desvantagens tais quais: erosão da confiança, polarização extrema, ascensão do populismo, descredibilização de instituições, distorção da realidade e discurso de ódio.

Metamorfoses do *ethos*

A partir da década de 1990, em seus trabalhos, Maingueneau passa a ressignificar o *ethos* no campo da AD, integrando-o à sua teoria das cenas da enunciação e, portanto, à dimensão extralinguística. Assim, o *ethos* é um componente estruturante do discurso, indissociável da cenografia, o “quadro” de fala que legitima o enunciado. Maingueneau

(2025) propõe, então, a coexistência do *ethos* dito, que corresponde ao que é verbalmente declarado sobre o locutor, e do *ethos* mostrado, ou seja, é percebido a partir do modo de dizer (timbre, ritmo, vocabulário etc.) e da corporalidade que se manifesta. Ele também sublinha a importância de considerar a representação prévia do locutor – o estereótipo social – que antecede a tomada da palavra e, por isso, introduz o *ethos* pré-discursivo.

Para o autor francês (2025), o ciberespaço possibilita a multiplicação dos *ethé*, devido às múltiplas identidades – ou à falta delas – e aos pseudônimos. Enfatiza ainda que ele é (re)construído discursivamente pelo interlocutor a partir de marcas simbólicas. Como, na virtualidade, a multimodalidade é mais acentuada, ele categoriza dois tipos de *ethos*, o “enquadrante” e o “enquadrado”. Enquanto o primeiro define a natureza de um discurso de forma mais geral, como uma “moldura interpretativa”, que foca a postura do locutor e sua relação com o interlocutor, o segundo (co)relaciona a imagem de credibilidade construída em pontos específicos da sequência discursiva (SD), associada a vozes sociais ou instâncias enunciativas pontuais. Nessa perspectiva, o *ethos* “enquadrante” permite-nos falar em seriedade de um *podcast*, ao passo que o *ethos* “enquadrado” possibilita, mesmo que momentaneamente, a manifestação de um tom irônico, indignado ou conciliador em trechos específicos desse mesmo discurso.

Maingueneau (2025) propõe ainda a existência de diferentes saliências (projeções ou nuances) do *ethos*: a) pessoal: permite, por exemplo, múltiplas personalidades ou heterônimos; b) coletivo com desdobramentos: b.1) “categorial”, b.2) “experencial” ou b.3) “ideológico”; e c) de marca: relacionado a estratégias publicitárias, sejam elas ousadas com foco no produto ou tradicionais apenas em relação à marca, ao nome do produto. Para esclarecer a saliência do *ethos* coletivo, precisamos compreender sobre os três âmbitos ou subcampos apresentados (b.1, b.2 e b.3) que ocorrem de maneira articulada a depender do gênero e do tipo do discurso. O primeiro deles é extradiscursivo e ligado à função social, por exemplo, dentista e esposa. O segundo tem uma natureza mais sociopsicológica: corajoso, empreendedor etc. Por fim, o “ideológico” legitima as FDs e as FIs, como: feminista, conservadora e assim por diante. Grosso modo, podemos nos deparar com um ciberdiscurso que evidencie o *ethos* de um jornalista corajoso esquerdista ou de uma freira empreendedora feminista.

Percebemos, assim, que o *ethos* forma um verdadeiro arcabouço de (co)existência (desdobramentos) de vários tipos. Ressaltamos, contudo, que o interesse central da AD não é categorizar os *ethé*, mas sim ir além da taxonomia apresentada para correlacioná-los aos processos de produção de efeitos de sentidos, por meio das redes de memórias discursivas que acessam o interdiscurso. No que se refere aos discursos das redes digitais, por exemplo, a memória discursiva é acessada sempre a partir do momento em que o sujeito enuncia e sempre a partir de um já-dito, ainda que suporte e CPs sejam outros.

Mecanismo das formas do silêncio

Para Orlandi (2007), a movimentação dos sentidos ocorre graças às formas do silêncio: o fundador ou fundante e a sua política. As influências externas são o alicerce dos discursos e, por conseguinte, da AD, pois as CPs, FDs e FIs estão imbricadas pelas memórias e pelo interdiscurso. Como os sujeitos interagem no mundo por meio de práticas discursivas materializadas em textos, a linguagem conecta-se à realidade exterior e ao contexto sócio-histórico. Os sujeitos são interpelados ideologicamente, também por essa razão, Orlandi (2007), em função do silêncio, ressalta a instabilidade dos sentidos: alguns ganham relevância, enquanto outros desaparecem, são colocados à margem, apagados ou silenciados.

Nas palavras dessa analista de discurso (2007, p. 13, destaque da autora), “o silêncio é, assim, a ‘respiração’ (o fôlego) da significação [...]. O silêncio fala por meio das palavras, e as palavras são cheias de sentidos a não dizer”. Por outro lado, ela alerta ser impossível colocar o silêncio em palavras. Em sua pesquisa, propõe que o silêncio produz sentidos de maneiras variadas. Se não fosse o trabalho do silêncio fundante, nada poderia ter sentido(s). Isso porque, sem fazer recortes, é ele quem faz emergir da deriva alguns dos significados. Eles não estão prontos, estáveis ou dispostos como livros ou produtos em uma estante ao nosso alcance.

Para exemplificar, pensemos nos efeitos que “navegar” tinha e passou a adquirir. Esse verbo significa(va), literalmente, conduzir uma nave ou dirigir uma embarcação. Conforme as CPs, na época em que essa palavra começou a ser empregada, o silêncio fundante possibilitou que esse sentido saísse da deriva. Com o tempo, em outras CPs, o

silêncio fundante trabalhou para que surgisse a ideia de deslocamento em outros meios e, mais recentemente, pela *internet*. A depender das condições materiais e históricas, o emprego dessa palavra pode ocorrer em diversas CPs (relativas ao náutico, geográfico, político, literário, filosófico, religioso, tecnológico *etc.*). Enquanto as FDs podem estar ligadas, entre outras, às práticas de exploração, descobrimento, viagens, romantismo, existencialista, cristã, espírita e midiática, as FIs interpelam os sujeitos em relação, por exemplo, a estes discursos: colonial, científico, técnico, (neo)liberal, transcendental e da (des)conectividade – do acesso ou da exclusão digital.

Orlandi (2007, p. 101) esclarece que “o silêncio [...] não é transparente. Ele é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar”. Logo, não deve ser interpretado, mas compreendido, pois, é esse mecanismo que auxilia (n)a (re)significação, inclusive por meio de sua própria política. Ele estabelece uma articulação para o surgimento das ideologias, favorecendo a materialização delas nos discursos, pois todo discurso é ideológico. A autora sublinha que a forma como a ideologia se manifesta depende da atuação concomitante das formas do silêncio, em especial, com/de sua política. Quando alguma significação emerge da deriva, outras inevitavelmente permanecem lá impossibilitadas de se materializar. Essa é a constituição de toda enunciação, por isso, Orlandi (2007) define esse movimento de trabalho do silêncio como sendo constitutivo.

Assim, esta SD: “navegar na rede é essencial para estar informado”, em FDs correlatas ao midiático e tecnocientífico, ao compreender resquícios do silêncio constitutivo, podemos depreender, dentre outras, a ideia de um *ethos* conectado e produtivo, caracterizando uma FI (neo)liberalista. Houve o apagamento de outra(s) ideologia(s) para que essa se destacasse. Todavia, esse silenciamento não ocorreu por um cerceamento ou uma censura. Percebemos que o silêncio constitui um modo de materialização da ideologia em discurso, funcionando como condição para a produção de sentidos ao delimitar, por exemplo, o dizível e o não dizível nas FDs/FIs. E, como vimos, a ideologia interpela quaisquer sujeitos, por conseguinte, o sujeito-avatar e o *ethos* (grosso modo, enquanto construção discursiva do/sobre o sujeito) também são determinados por ela.

Salientamos, todavia, a existência daquele silêncio que é imposto coercitivamente. Estamos falando do silêncio local, da proibição dos dizeres, ou seja, dos interditos se pensarmos sob um viés foucaultiano. Esse tipo de silêncio atua localmente (no micro e no macro mundo), em situações específicas, nas quais determinados discursos são controlados, precisam ser vigiados, pois não são bem-vindos. Durante um regime político autoritário, por exemplo, sujeitos jornalistas podem ser proibidos de mencionar torturas ou de questionar o chefe de Estado. Sujeitos que denunciam facções criminosas, a depender do discurso postado em mídias/redes sociais digitais, podem sofrer cancelamento (“exílio” ou “morte” digital) ou ser brutalmente torturados e assassinados, até mesmo com omissão de corpos. Orlandi (2007) sublinha ainda a possibilidade de o silêncio local ocorrer por meio do plágio, bem como estar intrínseco a formas de resistência(s).

Metodologia

Apoiamo-nos, metodologicamente, em orientações sugeridas por Orlandi (2003, 2007, 2021, 2022) ao propor estas etapas: iniciar tecendo observações relevantes sobre a superfície linguística, a qual nos permita estabelecer o objeto discursivo, possibilitando-nos, na exterioridade, explorar as transferências de sentidos. Nessa perspectiva, esta pesquisa possui um caráter qualitativo, bibliográfico e analítico, pois, consoante Minayo (2010), essa abordagem interpretativa, própria das Ciências Humanas, condiz com os procedimentos da análise de discursos.

Orlandi e Maingueneau, embora se insiram em um mesmo campo teórico, operam deslocamentos significativos quanto aos modos de conceber o funcionamento do discurso. Assim, sem estabelecer hierarquizações entre teorias e autores, senão uma noção de complementariedade, entendemos que cada um deles contribui para a compreensão dos discursos.

Nosso *corpus* é constituído por três materialidades (gêneros discursivos distintos) que produzem diferentes modos de funcionamento da linguagem. Para obtê-lo, primeiro, realizamos um levantamento exploratório sobre IA, conduzido no período de 7 de setembro a 27 de outubro de 2025, a partir da utilização de palavras-chave como “inteligência artificial”, “algoritmos”, “vigilância”, “privacidade de dados”, “tecnologia” e “inovação”, em

diferentes plataformas digitais: *YouTube*, *X*, *Instagram*, *sites* institucionais e redes corporativas. Esse procedimento possibilitou-nos a constituição de um arquivo inicial, composto por *lives*, *podcasts*, *reels*, *posts* e conteúdos institucionais relacionados à IA.

Refletindo sobre os materiais reunidos, operamos um recorte analítico marcado por contradições nas quais coexistem entusiasmo e desconfiança, adesão e silenciamento. Tal configuração aponta para a instabilidade dos sentidos e para as falhas constitutivas do processo de interpelação ideológica. Buscamos amostras que materializassem essa instabilidade e produzissem efeitos de cientificismo, mercado e legalismo em diferentes FDs. Nesse sentido, consideramos a mobilização da ciência (amostras 1 e 2) como instância de legitimação – recorrente em discursos filosóficos, empresariais e institucionais sobre tecnologia –, bem como o mercadológico (respaldado por um cientificismo tecnológico), naturalizando o consumo responsável de tecnologia inovadora (amostras 1, 2 e 3), articulando-se a um imaginário de progresso e eficiência. Para contemplar a produção de sentidos associados ao discurso legalista, optamos pela amostra 3, pois concerne à responsabilização do sujeito (deslocando a responsabilidade institucional) e, supostamente, à universalização da norma e ao apagamento das relações de poder.

Como primeira amostra, selecionamos um vídeo que apresenta o recorte de um discurso da filósofa brasileira Marilena de Souza Chauí sobre vigilância e controle em sua interação com uma assistente virtual. Atendo-nos à necessidade de apreciar o ponto de vista específico desse mercado tecnológico, dos ciberdiscursos pesquisados, elegemos, como segundo recorte analítico, uma postagem de Satya Nadella, *CEO* da *Microsoft*, representando o discurso empresarial de inovação e poder tecnológico. Por fim, para analisar o discurso institucional sobre as políticas de privacidade e uso de dados propostos pelas próprias *big techs*, para constituir nosso terceiro objeto de estudo, trouxemos um trecho do *site* da *Meta*, empresa que constitui um conglomerado. Em conjunto, essas sequências discursivas (SDs), permitem-nos cumprir com nossos objetivos. Como não obtivemos autorização para o uso das imagens de pessoas nas amostras 1 e 2, disponibilizamos apenas o *link* de acesso e a transcrição e tradução.

A filosofia em tela, a morte do pensamento?

Durante uma *live*³ de lançamento do seu livro *Ideologia: uma introdução*, Marilena Chauí relatou um episódio inusitado envolvendo uma IA. Registrada em um vídeo posteriormente recortado e divulgado pela Editora Boitempo – conforme a figura 1: a amostra 1 – a cena compõe parte do nosso *corpus*. No momento em que o enunciador discorria sobre os mecanismos de controle e vigilância que operam sob a aparência de liberdade, utilizou a sua experiência com esse tipo de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para mostrar como ocorre a manifestação e (re)configuração da ideologia frente à tecnologia.

Figura 1. O panóptico virtual⁴

Transcrição: “Eu estou obcecada pela questão do digital, né? É por um lado, pela ilusão da democratização, porque todo mundo comunica com todo mundo, esquecendo que toda a informação e todos os endereços estão concentrados em dois pontos: um nos Estados Unidos e outro no Japão, que controlam tudo no planeta. Então, nós estamos sob o controle e a vigilância sob a ilusão da liberdade. A outra coisa que me aterroriza são os *fake news* como forma, como diz o Benito Maeso, como modo de existência. O fato, portanto, de que a mentira, a falsa dissensão e o cinismo, como diria Hannah Arendt, se tornaram a forma das relações entre as pessoas. Eu ganhei do meu filho uma inteligência artificial, uma Alexa. Porque ele dizia “mãe, você anda muito desinformada. Você precisa ouvir tudo. Então, você liga e vê/ouve todas as rádios no Brasil e o mundo.” Tudo bem. Eu fiquei meio implicada com o objetinho, e ele me explicou que a gente faz perguntas e o objeto responde, a Alexa responde. Então, eu resolvi testar... Alguém interrompe e diz: “A Alexa tá respondendo para você ali atrás... é que você chamou e ela veio”. É impressionante. É o mundo da vigilância e do controle. Aí, eu falei: “Alexa, qual é o livro em que Machado de Assis usa a seguinte expressão ‘Ao vencedor, as batatas’”. E ela disse: “o mercado de batatas hoje amanheceu...” É uma maravilha. E depois, eu falei vou fazer mais um teste: “Alexa, qual é a diferença entre a medicina hipocrática e a medicina galênica?” Silêncio... “Alexa, qual é a diferença entre a medicina hipocrática e a medicina galênica?” Alexa responde ao vivo: “Não sei como posso ajudar com isso.” “Alexa, qual é a diferença entre a medicina hipocrática e a medicina galênica?” “Estou programada apenas para perguntas relevantes.” É porque a minha própria experiência revela o absurdo: a não informação, a destruição da linguagem, a destruição do pensamento. Eu tô obcecada com isso. Isto é a questão que, para quem trabalha, como vocês e eu, na área do pensamento, é essencial, porque põe em questão a possibilidade de pensar, a possibilidade de imaginar, a possibilidade de falar e de agir.”

Fonte: Editora Boitempo⁵.

O sujeito, nessa amostra, demonstra preocupação com o universo digital, ressaltando a falsa sensação de democratização. Embora pareça haver livre comunicação entre todos, o controle das informações concentra-se em poucos centros de poder. A liberdade digital é apenas uma escamoteação da constante fiscalização. Isso fica mais

³ O vídeo completo está disponível no canal da Boitempo neste endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=zxiOpsOYQIE&t=44s>.

⁴ Fazemos aqui alusão a Michel Foucault que, em *Vigiar e Punir*, coloca o panoptismo como a configuração de um modelo de funcionamento do poder baseado na visibilidade assimétrica e na internalização da vigilância.

⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DJO4ir6sWZr/?igsh=bmNrYzl1NzVoNGsz>. Acesso em: 09 out. 2025.

evidente na seguinte SD: “Eu estou obcecada pela questão do digital, né? É por um lado, pela ilusão da democratização, porque todo mundo comunica com todo mundo, esquecendo que toda a informação e todos os endereços estão concentrados em dois pontos: um nos Estados Unidos e outro no Japão, que controlam tudo no planeta”. Esse discurso explicita a individua(liza)ção do sujeito-avatar que interage com as TICs, bem como se correlaciona com Santos (2011) ao nos alertar sobre a intensificação da globalização que decorre, de forma incontornável, dos avanços nos meios de comunicação digitais e processamento de dados.

A noção de *ethos* pré-discursivo – a representação que antecede a enunciação – contribui para a compreensão do trabalho do silêncio. Por isso, percebemos a identificação social de um sujeito filósofo marxista na amostra; uma vez que é bastante conhecido no meio acadêmico brasileiro. Logo, surge o estereótipo de professor esquerdista, pois pertenceu ao corpo docente da renomada universidade paulistana, a USP (Universidade de São Paulo), e devido ao comprometimento com a crítica social, contraposição do capitalismo e da tecnologia despreziosa. Essa representação confere à sua voz uma autoridade para falar sobre controle, vigilância, ideologia e a crise do pensamento.

Na amostra, existem dois sujeitos que se destacam. Um deles refere-se à Chauí que, em princípio, não se configura exatamente como sujeito-avatar, embora haja aí um efeito de sujeito-avatar em jogo. O outro relaciona-se à assistente virtual que é um sujeito-avatar. Chauí aparece como entrevistada de uma editora, mas o vídeo tornou-se um *reel* devido aos recortes, configurados segundo as políticas da plataforma (compreendidas como instâncias de interpelação, delimitando o que pode ou não ser dito, e das condições de circulação mediadas por algoritmos). Evidenciamos, então, a existência de um deslocamento em seu modo de funcionamento discursivo, sugerindo que esse sujeito assumisse, mesmo que momentaneamente, a posição de sujeito-avatar.

Na conversa ela descreve sua interação com uma IA. Quando focamos só a entrevista completa (o que não é o caso da amostra), tomamos Chauí como sujeito, porque não depende de projeção técnica para existir discursivamente no ambiente digital. No momento (anterior à entrevista) em que ela interage com a IA, Chauí também permanece no âmbito do sujeito, mas a IA atua (e sempre atuará) como sujeito-avatar. Partindo das ideias de Da Silveira *et al.* (2025) e Schons e Fukue (2012), nessa interação entre humano e

máquina, é importante ressaltarmos que a posição discursiva do sujeito passa a ser mediada por TICs e há uma projeção discursiva do sujeito, (re)inscrevendo-o em determinadas CPs, e atravessamentos de algoritmos, banco de dados, filtros etc.

Percebemos, assim, que todo sujeito-avatar é um sujeito, mas nem todo sujeito é um sujeito-avatar. Entretanto, não basta estar em ambiente digital para ser considerado um sujeito-avatar, pois depende do modo de funcionamento discursivo mediado tecnicamente. Por outro lado, a posição de sujeito-avatar não se restringe às IAs, podendo também ser assumida por sujeitos empíricos quando suas enunciações passam a ser mediadas e projetadas por materialidades técnico-discursivas que reconfiguram sua identidade. Isso ocorre, por exemplo, em perfis altamente curados em redes sociais, no uso de avatares digitais, em *deepfakes*, em perfis geridos por equipes e em conteúdos recortados e redistribuídos algoritmicamente. Sendo assim, entendemos que, no *reel*, Chauí pode ser considerada um sujeito-avatar, devido aos recortes e à circulação do vídeo influenciada por algoritmos, pois, a partir de Schons e Fukue (2012), conseguimos observar a existência de uma regulação da visibilidade e do modo de enunciação.

A individuação desse sujeito demonstra uma interpelação ideológica correlata às FDs e às Fls condizentes com a multiculturalidade (Candau, 2017) e a interculturalidade crítica (Walsh *et al.*, 2018) imbuídas da força contra-hegemônica (Santos, 2011), que diverge da lógica do mercado e da vigilância algorítmica. Isso demonstra, que o *ethos* discursivo, proposto por Maingueneau (2025), constitui-se, neste caso, enquanto ético-intelectual, crítico e reflexivo, posicionado contra a alienação promovida pelas TICs. O *ethos* pré-discursivo, pressuposto pela empresa desenvolvedora em relação a seus interlocutores, seria a de um consumidor passivo que, devido à falta de tempo, aceitaria tudo o que a assistente virtual dissesse sem lançar contraposições. Além disso, o locutor inquieta-se com as *fake news*. Citando Maeso e Arendt, ancora-se na autoridade do saber filosófico e humanista, manifestando, as outras vozes que reforçam a denúncia de um mundo onde a “mentira” e o “cinismo” tornaram-se formas de existência na era da pós-verdade. Percebemos tais sentidos na seguinte SD: “A outra coisa que me aterroriza são os *fake news* como forma, como diz o Benito Maeso, como modo de existência. O fato de que a mentira, a falsa dissensão e o cinismo, como diria Hannah Arendt, se tornaram a forma das relações entre as pessoas”.

O *ethos* dito aparece naquilo que o locutor declara sobre si. Estas SDs: “Eu estou obcecada pela questão do digital, né?” e “Isto é a questão, para quem trabalha, como vocês e eu, na área do pensamento, é essencial” são articuladas pelo silêncio fundante – a partir do qual os sentidos nascem. Desse modo, entendemos esse sujeito como um intelectual engajado e preocupado com a temática do digital e da crise do pensamento, cujo *ethos* “enquadrado” é de perplexidade no ciberespaço. Nesse sentido, a relação entre sujeito, saber e tecnologia fica tensionada. Ao mesmo tempo, fica evidente o *ethos* de mãe ao relatar ter recebido uma IA de presente e a reação do filho (neste trecho: “mãe, você anda muito desinformada”), posicionando-se, momentaneamente, como uma figura “desinformada” e, portanto, passível de ajuda tecnológica pelo filho; o que é desconstruído ao longo do discurso.

Através do estilo e vocabulário, percebemos o academicismo crítico nestes excertos: “ilusão da democratização”, “controle e a vigilância”, “falsa dissensão”, “destruição da linguagem” e “destruição do pensamento”. Projeta-se aí, com base no modo de dizer, um *ethos* mostrado de rigor intelectual com profundidade analítica, ainda que a cena enunciativa se inscreva em um recorte típico dos ciberdiscursos da era da pós-verdade. A emoção também surge em expressões como “Eu estou obcecada” e “me aterroriza”, surtindo como um efeito de autenticidade e urgência na crítica. Citar filósofos para remeter às ideias de “cinismo” e “modo de existência” também ajuda a notabilizar a erudição por parte do sujeito-avatar. Esses são vestígios de que todos os sentidos abordados emergiram em função do silêncio fundante. Nesse quadro, o funcionamento do *ethos* organiza os sentidos ao articular registros distintos – o analítico e o afetivo, o erudito e o cotidiano –, produzindo um dizer que se ancora em ambos na legitimidade intelectual e na experiência vivida. Quanto ao silêncio fundante, ele é a condição de possibilidade do dizer (Orlandi, 2007). Assim, os efeitos de crítica e de urgência decorrem do trabalho do silêncio que sustenta o movimento dos sentidos. E é na materialidade do *ethos* que tais efeitos se tornam observáveis.

O contexto do ciberespaço e a postagem da Boitempo acentuam o *ethos* através da multimodalidade. A própria editora – conhecida, através do *ethos* pré-discursivo, por sua linha editorial crítica e de esquerda – funciona como uma moldura interpretativa que confere seriedade e engajamento ideológico. Nesse sentido, destacamos a saliência de marca do

canal, no *YouTube*, cujo foco recai sobre o produto em si: o conhecimento científico. O título da postagem “Controle e vigilância sob a ilusão da liberdade” corrobora o *ethos* global desse *reel* como de denúncia(dor) crítica(o). No cenário da *live*, a estante repleta de livros ao fundo projeta um *ethos* de intelectualidade, erudição e dedicação ao saber de modo mais clássico, contrastando com o tema da cibertecnologia e com o *ethos* pré-discursivo da própria IA: eficiência técnica, sustentado pela promessa de acesso rápido à informação, e do controle algorítmico, mas desprovido do saber discursivo, da sensibilidade humana e incapacidade de um diálogo “genuíno”, conforme verificamos em: “Não sei como posso ajudar com isso”. Alexa⁶, que ouve tudo e responde dentro dos limites de sua programação, fazendo emergir um *ethos* de obediência da máquina (observável em: “Estou programada apenas para perguntas relevantes.”), replica comandos e conteúdos pré-definidos, sem historicidade ou ideologia “própria”, conforme a sua memória metálica (Orlandi, 2022). O *ethos* mostrado frio, de monitoramento incorpora FDs de um capitalismo global de dados: é o que Zuboff (2020) admite ser a dataficação dos sujeitos. Sua suposta neutralidade mascara a voz do poder e, de certa forma, procura silenciar o pensamento. Se considerarmos as ideias de Guilbert (2020), é possível dizer que se trata de uma verdadeira ditadura (neo)liberalista arraigada nas TICs. Por isso, podemos falar em silêncio local.

O *ethos* do *Instagram* – transparência e eficiência – está submisso às regras desse ciberespaço, como limitação de caracteres e tempo de reprodução dos vídeos. Para se encaixar nesse ambiente virtual, o sujeito que representa a Editora Boitempo precisa manipular o discurso de alguma maneira. Eis aí um trabalho característico do silêncio local que emerge das “escolhas” enunciativas. O trecho publicado omite partes da fala original, condensando-a num recorte que privilegia o *ethos* “enquadrado” engajador a partir do humor e estranhamento. A edição e o formato breve do vídeo são resquícios desse silêncio local, adaptando o discurso filosófico à lógica algorítmica e, assim, silenciando parte de sua densidade conceitual. A fragmentação é um pré-requisito das CPs na era da pós-verdade, propiciando a captação de sujeitos-avatars, gerando engajamento e monetização.

⁶ Sustentada por meio de tecnologias de IA e respondendo a comandos de voz, a Alexa é uma assistente virtual desenvolvida pela *Amazon*, lançada em 2014.

O ambiente digital reconfigura o modo de produção do conhecimento. Dito isso, percebemos que a alternância entre esses dois *ethé* relativos ao sujeito-avatar usuário – o de intelectual crítico e o de autoridade a se envolver “com o objetinho” – cria algumas tensões discursivas, como as oscilações entre o saber e o não saber e o controle e a impotência. O *ethos* “enquadrado” manifesta-se na performance – o tom irônico, o riso sutil e a narrativa pessoal (neste enunciado: “ganhei do meu filho uma inteligência artificial”) –, compondo uma imagem de sujeito próximo, humano e acessível, capaz de traduzir conceitos complexos por meio da experiência cotidiana. Nessa amostra, o *ethos* “enquadrado” atenua a rigidez do *ethos* “enquadrante”, humanizando o discurso filosófico e o tornando “midiatizável”. Nesse movimento enunciativo, proporcionado pelo silêncio fundante, surge um alerta para a era digital: alguns sujeitos, em princípio, são dominados pelas TICs que deveriam servi-los. Na amostra, o sujeito que domina o discurso sobre o saber demonstra que essa IA foi ineficiente para tratar de assuntos filosóficos. Nesta SD: “Aí, eu falei: Alexa, qual é o livro em que Machado de Assis usa a seguinte expressão ‘Ao vencedor, as batatas⁷’?”. E ela disse: “o mercado de batatas hoje amanheceu...”, notamos um jogo irônico do *ethos*: em geral, os sujeitos expõem-se à falha da máquina, mas nesse caso, o sujeito expõe a falha da máquina e denuncia o absurdo da automatização do pensamento. Diante do exposto, notamos que o *ethos* não é construído só pelo que se diz, mas também pelo que se silencia. O sujeito não precisa dizer explicitamente que a máquina é limitada (ainda), a IA não compreende muito de linguagem literária e de ideias filosóficas e, portanto, há um problema na automatização do pensamento; deixa o erro da máquina falar por si. O silêncio corrobora o efeito irônico, e o humor surge.

Nessa amostra, é evidente que os vestígios do silêncio fundante são diferentes para os sujeitos-avatars: o ser humano enunciador do ciberdiscurso e a máquina produtora do discurso cibernético. Ambos estão inseridos em CPs, FDs e FIs que estabelecem contraposição também devido ao trabalho do silêncio constitutivo – pois, há alternâncias ideológicas, simulando uma balança que tenta equilibrar-se.

⁷ “Ao vencedor, as batatas” é um aforismo central na filosofia do “Humanitismo”, criada pelo personagem Quincas Borba no romance homônimo da autoria de Machado de Assis. Trata-se de uma crítica irônica e pessimista ao Darwinismo social e ao egoísmo humano, e é apresentada neste trecho: “Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para [...] exterminar a outra. [...] Ao vencido, o ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas” (Assis, 1994, p. 6-7, grifo nosso).

Notamos ainda que a alternância dos *ethé* “enquadrados” sustentam a circulação desse discurso de resistência dentro de uma plataforma regida pela lógica (neo)liberal da visibilidade; transparecendo resquícios do silêncio constitutivo. O efeito social é diverso, mas gostaríamos de sublinhar estes: reafirmação da autoridade intelectual e manutenção da relevância da crítica filosófica no ciberespaço. Lembrando que é o discurso que funda a posição sujeito, sobre a nuance pessoal, basicamente, observamos um sujeito comprometido, extrovertido, motivador, questionador, focado, preocupado, consciente, com espírito de liderança e bem-humorado. Quanto às projeções dos *ethé* coletivos, podemos destacar a categorial, oriunda do *ethos* pré-discursivo, como as de filósofo e professor, corroborada pelos seguintes elementos discursivos: *live* de lançamento de livro, menção de autores importantes (Machado de Assis, Hipócrates, Galeno, Benito Maeso e Hannah Arendt); tudo isso reforça seu estatuto de autoridade acadêmica (*ethos* “enquadrante”). Por outro lado, a experiencial remete ao seu caráter crítico e cético, em relação à assistente virtual, e de perspicácia: a decisão de “testar” o dispositivo e a conclusão “É impressionante. É o mundo da vigilância e do controle”. Através do silêncio constitutivo, legitima-se um *ethos* ideológico de esquerda, crítico ao controle do capital e da tecnologia sobre o conhecimento.

O sujeito-avatar filosófico, ideologicamente constituído, possibilita-nos entender que as FDs utilitarista, técnica e informativa censuram ativamente tudo o que não está nesse alinhamento. O silêncio imposto pela IA torna-se, ironicamente, o fio condutor da crítica, por um lado, constitutivo por fazer emergir a ideologia neoliberal, e, por outro, local devido às tentativas de silenciar certos conhecimentos. Este enunciado: “Alexa, qual é a diferença entre a medicina hipocrática e a medicina galênica?” Silêncio... [...] “Não sei como posso ajudar com isso.” [...] “Estou programada apenas para perguntas relevantes” dá materialidade ao discurso. Há uma tentativa de evocar a memória (Courtine, 1981) dos saberes literário machadiano e filosófico hipocrático e galênico. Compreendemos que, em princípio, a memória discursiva não dialoga com a memória metálica (Orlandi, 2022) e que o discurso cibernético demonstra exclusão de saberes e favorece o monoculturalismo. Precisamos nos debruçar sobre tal questão, mas infelizmente, não o faremos aqui.

A amostra analisada revela o complexo engendramento dos discursos digitais: no mesmo momento em que se fundamenta a crítica à alienação tecnológica, constatamos a

individua(liza)ção sob uma ótica midiaticizada e capitalizada. Considerando Da Silveira *et al.* (2025) e Schons e Fukue (2012), evidenciamos a projeção e reconfiguração das dimensões da identidade do sujeito-avatar que, então, ocupa uma posição paradoxal – simultaneamente crítica e participante – enquanto o *ethos* da Boitempo reafirma-se como mediador entre saber e mercado cultural, no entanto, submisso ao sistema algorítmico. Assim, essa publicação expõe tensões, como o discurso crítico *versus* a lógica algorítmica e entre individua(liza)ção e silêncio, pois as formas do silêncio sustentam esses dizeres, movimentando os sentidos.

O discurso hegemônico corporativo

Nossa amostra 2 (figura 2) é uma postagem do diretor executivo da *Microsoft* Satya Nadella feita no X, em 9 de outubro de 2025. Basicamente, seu discurso estrutura-se por um *ethos* “enquadrante” de autoridade e confiança, autenticado pelo selo azul de verificação – uma chancela que pode remeter, simbolicamente, à ideia de “sangue azul”⁸ da nobreza –, garantindo ser a voz da empresa, líder de mercado, representada na figura do sujeito chefe executivo que possui uma conta *premium* e, portanto, digna de confiança. Ressaltamos que essa sutileza (o selo) vai na contramão do multiculturalismo e da interculturalidade crítica; ao mesmo tempo, é esse detalhe que dá aval a uma ideologia hegemônica. Essa credibilidade é complementada pelo *ethos* “enquadrado”, que se apresenta como técnico e visionário, característica típica do (neo)liberalismo. No entanto, antes mesmo dessa enunciação ocorrer e, portanto, externo ao enunciado, o *ethos* pré-discursivo de um sujeito no papel de *CEO* também contribui com os efeitos de sentidos, sugerindo a imagem de todo-poderoso, rico, extravagante, *workaholic* (viciado em trabalho), gênio, macho *alpha*, narcisista, egresso da universidade de elite e de estilo próprio. Quando esse cargo corporativo é mencionado, tais *ethé* podem surgir, a depender das FDs/FIs dos sujeitos, por meio do trabalho do silêncio fundante. Quanto ao sujeito-avatar da amostra, o *ethos* pré-discursivo que, em geral, circula no mundo empresarial sobre ele relaciona-se, por exemplo, à imagem de um sujeito líder

⁸ Perić e Buntić (2021) resgatam que o “azul” do sangue remonta à nobreza medieval espanhola e se referia à pele extremamente clara dos membros da aristocracia sob a qual as veias azuladas apareciam com nitidez como alegada distinção de “pureza” genética, contrapondo-se às populações morenas ou mestiças ou a trabalhadores que se expunham ao sol.

transformacional, assertivo, empático, com estilo mais discreto, muito inteligente, gestor estável e confiável.

Figura 2. Anúncio⁹ do CEO da Microsoft

Tradução livre: “Mais uma primícia/novidade para o nosso *fleet* de IA... um *cluster* de supercomputação de *NVIDIA GB300s* com mais de 4.600 *GPUs* e que apresenta a próxima/última geração de *InfiniBand*. O primeiro de muitos, à medida que expandimos para centenas de milhares de *GB300s* em nossos *Data Centers (DCs)*, e repensamos cada camada do *Stack* em silício, sistemas e *software* para suportar as cargas de trabalho de IA de próxima geração”.

Fonte: X/Twitter¹⁰.

Nesse discurso, algumas saliências destacam-se: a) o *ethos* coletivo categorial diretor, experiencial visionário competente; b) o *ethos* ideológico subjacente à supremacia tecnológica capitalista; e c) o *ethos* pessoal, responsável e de liderança, que se atrela à individua(liza)ção do sujeito, encarnando a racionalidade (neo)liberal da inovação.

O *ethos* mostrado, conhecedor técnico e especialista, é percebido através do estilo e do uso de elementos técnicos, por exemplo: “*supercomputing cluster*”, “*NVIDIA GB300s*”, “4600+ *GPUs*”, “*InfiniBand*”, “*DCs*”, “silício”); embora seja um executivo, ele demonstra domínio dos detalhes de *hardware* e infraestrutura. A menção desses termos e a associação implícita com a *Microsoft* constroem um *ethos* de marca que foca na inovação ousada de alta performance, reforçando a reputação da empresa como líder no segmento de IA e computação em nuvem (armazenamento de dados via *internet*) com base na memória metálica, considerando Orlandi (2022). Nesse sentido, a “propaganda” enfatiza mais o produto do que a própria marca. Por meio do silêncio fundante, a formulação: “Mais

⁹ Explicação dos termos-chave: a) *fleet* de IA (*AI fleet*): conjunto ou frota (naves de guerra) de recursos de *hardware* e infraestrutura dedicados à IA na *Microsoft* (*Azure*), b) *cluster* de supercomputação (*supercomputing cluster*): um grupo ou aglomerado de computadores (servidores) altamente conectados que trabalham juntos como uma única unidade para resolver problemas complexos, neste caso, tarefas de IA, c) *NVIDIA GB300s*: em referência às *GPUs* (Unidades de Processamento Gráfico) de ponta da multinacional *NVIDIA*, é um supercomputador modular essencial para treinar e executar modelos de IA com alto nível de desempenho, d) *InfiniBand*: uma tecnologia de comunicação de alta largura de banda e baixa latência, crucial para conectar as milhares de *GPUs* em um *cluster* de supercomputação para que possam trabalhar juntas de forma eficiente, e) *Stack* (pilhas ou camadas): em tecnologia, refere-se às diferentes camadas de componentes que trabalham juntas, desde o *hardware* (parte física do dispositivo eletrônico) mais básico (o silício que é a matéria-prima para microprocessadores) até as aplicações de *software* (programas) de alto nível.

¹⁰ Disponível em: <https://x.com/satyanadella/status/1976322455288545343>. Acesso em: 10 out. 2025.

uma primícia/novidade para a nossa frota de IA...” pode ser comparada às Grandes Navegações, pois mobiliza ideias de conquista e expansão, e a IA (sujeito-avatar com *ethos* de superpotência) é (con)figurada como uma “frota” – metáfora militar colonial, que legitima a dominação simbólica do espaço digital. A imagem (figura 2) da imensa sala de servidores (*data center*) com corredores longos de *racks* e lâmpadas de *LEDs* verdes, simbolizando atividade e tecnologia, reforça que o investimento é real. Apesar de não ser o caso, na era da pós-verdade, a existência e autenticidade dessa sala podem ser questionadas, justamente se considerarmos criações feitas por IA. Acrescentamos ainda que o trecho “Mais uma primícia/novidade” acaba demonstrando o *ethos* de quem está constantemente na vanguarda.

Para entender um pouco sobre o ciberespaço no qual circulam ciberdiscursos, como o de nossa amostra, devemos entender o *ethos* projetado nele. Baseando-nos em McCallum (2023), ressaltamos que a reformulação da marca da rede social para X reflete a visão do sujeito proprietário de transformá-la em um super aplicativo, integrando comunicação, serviços bancários e comércio. O “x”, recorrente na trajetória empresarial desse sujeito, também carregaria o significado de uma incógnita matemática, simbolizando o desconhecido, o potencial ilimitado e a ousadia de um projeto ainda em evolução. O *ethos* dessa marca deixa transparecer que, inicialmente, o serviço ofertado é um dos principais canais de hostilização de FDs/FIs esquerdistas, uma vez que os discursos lá vinculados são articulados, primordialmente, pelo silêncio local. Lá é permitido que se fale sobre quaisquer coisas independentemente de princípios éticos, em nome da liberdade de expressão, que se torna um ativo a ser monetizado e constitui o sujeito-avatar.

O *post*, todavia, funciona como um dispositivo de legitimação do capitalismo de dados, no qual o discurso da IA é naturalizado como avanço civilizatório, simultaneamente articulado às dinâmicas de acumulação de capital que o sustentam. O silêncio constitutivo manifesta-se na impossibilidade de questionar o próprio regime técnico-capitalista que sustenta o discurso. Em outras palavras, o progresso técnico silencia, sem dissociar, suas imbricações com os modos de exploração e valorização do capital. A postagem silencia as condições materiais e humanas do funcionamento da IA: o trabalho precário nos *data centers* e na exploração de minérios, o consumo energético massivo, os impactos ambientais, a concentração de poder e a lógica de descartabilidade ou a obsolescência

programada (com vida útil limitada para “forçar” o consumo). Esses silêncios são constitutivos da imagem de “pureza” tecnológica projetada.

Pautados nas ideias de Bazin (1992) e Pinto e Ferraz (2023), entendemos que a amostra 2, indiretamente, permite-nos refletir sobre efeitos discursivos em torno do mercado de ações – entendido aqui menos como um espaço exclusivamente econômico e mais como um campo de circulação de expectativas, antecipações e interpretações – marcado por alta complexidade e volatilidade, o qual, de alguma forma, reflete um *ethos* pré-discursivo instável. Nesse espaço, os investidores podem assumir perfis diversos – analítico, ousado, arrojado, otimista, dogmático, ganancioso – que não apenas orientam decisões econômicas, mas também (re)configuram modos de significar o próprio movimento do mercado. Embora a postagem da Microsoft projetasse um *ethos* de inovação e liderança tecnológica, a repercussão no mercado, segundo IVESTING.COM (2025) e NASDAQ (2025), não correspondeu automaticamente à expectativa de valorização imediata das ações. Esse descompasso evidencia que o discurso não produz efeitos de sentidos unívocos: ele passa pela interpelação dos sujeitos, pelas CPs e FDs/FIs que atravessam o mercado.

O *ethos* corporativo-tecnológico atua como um dispositivo pujante que naturaliza a acumulação de poder e infraestrutura – a concentração de *data centers* em poucas mãos –, impondo um silêncio local com consequências éticas, sociais e ambientais. Essa ênfase na capacidade computacional acaba tornando-se resquício do trabalho da política do silêncio, pois apaga deliberadamente o impacto real da tecnologia globalmente: a imensa estrutura de servidores esconde o consumo energético massivo e os danos ambientais inerentes à operação. Além disso, o foco no avanço da IA negligencia discussões sobre o uso dessa mesma tecnologia que, aprimorada, contribuirá para a produção e proliferação de *fake news* e *deepfakes*, bem como o risco potencial de desemprego em massa. Acrescentamos ainda que o discurso de inovação silencia a essencial questão da vigilância e privacidade de dados que fluem por esses sistemas.

Diante disso, compreendemos que a postagem de Nadella ultrapassa a função de divulgar uma inovação tecnológica. Ela projeta uma visibilidade na qual a IA aparece como horizonte inevitável do progresso, enquanto as condições materiais, econômicas e políticas que sustentam esse desenvolvimento permanecem parcialmente silenciadas. É justamente

nessa articulação entre *ethos*, sujeito-avatar e formas do silêncio que o discurso corporativo tem a possibilidade de sua eficácia. Ele não apenas informa sobre uma tecnologia, mas produz efeitos de legitimidade, autoridade e inevitabilidade. Assim, verificamos que o *ethos* projetado não decorre exclusivamente do que é dito, mas também daquilo que o discurso torna invisível, confirmando que os silêncios fundante, constitutivo e local participam ativamente da construção dessa credibilidade e autoridade discursiva no ciberespaço.

A microfísica da ideologia (neo)liberalista

Nesta seção dedicamo-nos, em nossa terceira amostra (figura 3), a entender o que estamos chamando de microfísica¹¹ da ideologia (neo)liberalista. Analisamos uma captura de tela da Central de Privacidade da *Meta*, apresentando um trecho da política de privacidade. Ela destaca uma atualização no ciberespaço da *Meta*, que entrou em vigor em 16 dezembro de 2025, focando na interação com IAs para personalizar experiências e anúncios. A seção principal, intitulada “O que é a Política de Privacidade e o que ela aborda?”, explica o propósito do documento: comunicar ao sujeito-avatar sobre quais informações essa corporação coleta, como as usa, compartilha, retém e transfere. Além disso, o conglomerado enfatiza a importância do controle de privacidade, incentivando o internauta a gerenciar suas configurações. Também assegura que a leitura do documento é de fácil entendimento.

Nossa compreensão sobre *ethos* e silêncio na amostra 3 revela a existência de uma estratégia discursiva meticulosamente elaborada para tentar neutralizar a desconfiança pública inerente à imagem pré-discursiva da *big tech*, fundada por Mark Elliot Zuckerberg, que pode ser percebida como uma entidade poderosa, líder, revolucionária e, potencialmente, invasiva. Para mitigar essa última reputação, a corporação parece construir um discurso no qual o *ethos* dito seria parceiro prestativo e interlocutor atencioso para com

¹¹ A expressão faz referência, por analogia à “microfísica do poder” foucaultiana, a uma concepção segundo a qual a ideologia também opera de forma difusa, capilar e cotidiana, atravessando discursos, práticas e instituições. Assim como o poder em Foucault (1982), a ideologia não se limita às grandes estruturas do Estado ou aos aparelhos ideológicos, como propunha Louis Althusser, mas se manifesta nas relações sociais e nos gestos simbólicos que (re)produzem sentidos, naturalizando posições de sujeito e formas de dominação. Nesse sentido, a ideologia, em sua dimensão nuclear, de acordo com Orlandi (2007), camufla-se por meio das formas do silêncio para atuar na constituição dos saberes e na regulação das condutas.

o sujeito-avatar. Ao utilizar a primeira pessoa do plural (“Nós, da *Meta*”), procura humanizar sua voz e declarar o desejo de que o usuário saiba como suas informações são coletadas e controladas. Essa parceria é reforçada pelo *ethos* mostrado de entidade facilitadora e “educacional”; isso fica evidente na promessa de “linguagem simples”, “exemplos úteis” e um *layout* limpo e funcional, típico de um documento de serviço público, que projeta modernidade e transparência e, ao mesmo tempo, constitui um discurso jurídico, que não será abordado aqui.

Figura 3. Central de privacidade *Meta*



Fonte: Meta¹².

Essa construção de um *ethos* de transparência simples e cuidado é, contudo, uma estratégia de legitimação, na qual percebemos a atuação fundamental da política do silêncio para a emergência de uma FI de liberdade de consumo com “segurança”. O silêncio fundante atua permitindo que a complexidade do jargão legal e o detalhe técnico da coleta permaneçam na deriva. Por sua vez, o silêncio constitutivo impede a materialização da FI da vigilância por meio de um panóptico digital, silenciando o fato de que a coleta massiva de dados, ou seja, a dataficação dos sujeitos, conforme Zuboff (2020), é a regra fundamental do mercado no ciberespaço. O silêncio local age como um interdito

¹² Disponível em: <https://privacycenter.instagram.com/policy/>. Acesso em: 10 out. 2025.

estratégico, proibindo o uso de palavras que gerem medo, como “risco” ou “vazamento”, e substituindo-as pela linguagem metonímica da “personalização”. Contudo, o silêncio fundante possibilitou esta formulação: “Como compartilhamos informações com terceiros?”. Isso demonstra que há como a empresa, legalmente, negociar informações confidenciais sobre os sujeitos-avatars com outras instituições. Esse item da política de privacidade, devido ao nosso recorte, ficará para futuros trabalhos.

A inclusão explícita da IA (nesta SD: “Começaremos a usar interações com IAs para personalizar experiências e anúncios”) serve para integrar a nova tecnologia sob a moldura tranquilizadora do benefício para o usuário, projetando um *ethos* de inovação responsável. No entanto, o *ethos* “enquadrante” (a obrigatoriedade legal sobre a política de privacidade) e o *ethos* “enquadrado” (a voz conciliadora) estão em conjunto: o propósito real é fazer com que o usuário se sinta no controle para que a empresa possa se resguardar legalmente e continuar suas práticas de coleta, garantindo, por meio da estabilidade da aceitação social da IA, a emergência da ideologia de um “parceiro prestativo” que, na realidade, está no comando.

Apoiados em Guilbert (2020), podemos perceber a ubiquidade da ideologia (neo)liberalista por ser midiaticizada constantemente de forma camuflada. A amostra 3 e as outras duas também evidenciam a intensificação da globalização, na qual a competição, o lucro imediato e o *laissez-faire* (deixar fazer) – isto é, a autorregulação do mercado com a mínima interferência do Estado na economia – são princípios basilares das FDs/FIs que correlacionam o conservadorismo e o capital(ismo). Em conformidade com Harari (2018) e Santos (2011), pudemos constatar que o domínio da informação e dos algoritmos redefine o próprio poder na contemporaneidade. O sujeito-avatar torna-se não apenas um agente discursivo, mas também um produto do sistema (des)informacional, inscrevendo-se em um lugar discursivo de alienação. A IA é vista apenas como avanço tecnológico e não como parte de um sistema econômico e político. O ônus de proteção da privacidade é sutilmente retirado do conglomerado e repassado a quem navegar nesse ciberespaço. Nesse sentido, o trabalho das formas do silêncio possibilita-nos considerar que navegar ganha a acepção de consumo de conteúdos digitais ou mesmo como forma de comprar produtos (físicos) via algoritmos e IAs.

Alcances e limites deste estudo

Fundamentados pela AD, dedicamo-nos a compreender como os processos de produção de efeitos de sentidos, em três materialidades discursivas de circulação virtual, contribuem para a problematização dos papéis do sujeito no funcionamento cibercultural na era da pós-verdade. Nesse percurso, a noção de sujeito-avatar mostrou-se central no ciberdiscurso, pois remete aos processos de individuação e individua(liza)ção, evidenciando a imbricação entre sujeito, linguagem e CPs digitais. Concluímos que o trabalho articulado das formas do silêncio (Orlandi 2007) é constitutivo da produção dos *ethé*, elementos também essenciais para a apreensão dos sentidos outros.

Com a expansão da IA, observamos, como aponta Orlandi (2022), uma profunda reconfiguração dos modos de produção e circulação dos discursos: o saber tende a ser substituído pela informação, e o silêncio fundante, indispensável à reflexão, cede lugar ao excesso de dados e de fala contínua, à saturação. Assim, a memória metálica não é um prolongamento da memória discursiva, mas uma outra forma de funcionamento da linguagem, condicionada pela materialidade digital.

Na amostra 1, se por um lado, um dos efeitos de sentidos é a metalinguagem sobre o próprio estatuto do sujeito na cibercultura – um sujeito que busca resistir discursivamente à automatização dos sentidos, por outro, o sujeito-avatar é um efeito da ideologia nesse meio digital. Nesse sentido, entendemos que os *ethé* configuram-se na tensão entre o saber e a impotência diante dos sistemas algorítmicos. O silêncio local revela o apagamento da linguagem e do pensamento. Por isso, o discurso evidencia os paradoxos da pós-verdade: a democratização esconde a vigilância, e o diálogo é substituído pela resposta automatizada. O *ethos* é construído pela coerência entre sua autoridade pré-discursiva (filósofo marxista), o rigor de seu vocabulário (*ethos* mostrado) e a função de denúncia que assume (*ethé* dito e ideológico), sendo essa imagem de intelectual crítico e cético reforçada pelo contexto (*ethos* “enquadrante” da Boitempo) e pela narrativa do teste da Alexa (*ethos* “enquadrado”). O silêncio, na amostra 1, é fundante da crítica filosófica, constitutivo da materialização da ideologia contrária à tecnocracia e local, pois a máquina impõe o silêncio para interditar o pensamento crítico e os saberes humanísticos, em favor da lógica do controle e da informação mercadológica. Procuramos, então, tentar compreender a estabilidade e instabilidade dos papéis sociais inerentes à linguagem e aos

discursos que operam na intersecção entre a soberania digital e a mercantilização da experiência humana.

O discurso hegemônico, nas amostras 2 e 3, das *big techs* fundamenta-se no solucionismo tecnológico, apresentando-as como as únicas fontes de inovação e progresso capazes de resolver os problemas globais. Elas oferecem serviços “gratuitos” que parecem democratizar o acesso à informação, mas essa retórica, por meio das formas do silêncio, mascara o modelo de negócios baseado na vigilância massiva (Zuboff, 2020) e na monetização algorítmica. Essa dinâmica, na era da pós-verdade, frequentemente impulsiona a desinformação e, quiçá, o discurso de ódio. Ao resistirem à regulação governamental – no caso do Brasil – sob o pretexto de defender a “liberdade de expressão” ou a “livre concorrência”, essas empresas buscam proteger seu poder de monopólio e sua capacidade de influenciar unilateralmente o debate público, a política e a própria organização social, exercendo um domínio fronteiro sem precedentes.

Como desdobramentos, apontamos a pertinência de investigações que articulem de modo mais aprofundado, o silêncio e o apagamento do *ethos*, bem como relacionar o panoptismo, conforme Foucault (1987), fazendo uma transposição para o ambiente digital: a vigilância dos algoritmos.

Referências

- ASSIS, Machado. **Quincas Borba**. Obra completa, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000243.pdf>. Acesso em: 26 out. 2025.
- BAZIN, Décio. **Faça fortuna com ações antes que seja tarde**. São Paulo: CLA Cultural, 1992.
- BRAGA, José Luiz. Interatividade e recepção. In: NETO, Antonio Fausto; HOHLFELDT, Antonio; PRADO, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrel (org.). **Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade**. v. 2. Porto Alegre: Edipucrs, p. 109-136, 2000.
- CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: entre o relativismo e o universalismo**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/CNPq, 2017.
- COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. **Langages**, n. 62, juin. 1981.

INVESTING.COM. Microsoft: MSFT Histórico. **INVESTING.COM**, 2025. Disponível em: <https://br.investing.com/equities/microsoft-corp-historical-data>. Acesso em: 27 out. 2025.

MAINGUENEAU, Dominique. O ethos discursivo e o desafio da web. Tradução de Maria Clara Gomes Mathias Cavalcanti. *In*: COSTA, Nelson Barros; MENDES, Maria das Dores; MATOS, José Wesley (org.). **As margens do discurso**. São Paulo: Contexto, p. 85-102, 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. *In*: DIAS, Cristiane. Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013, **Portal LABEORB** (Laboratório de Estudos Urbanos): Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumell/arquivos/pdf/eurbanoVol2_EniOrlandi.pdf. Acesso em: 29 mar. 2026.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. *In*: **Cadernos de Linguística**. Abralín. v. 2, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/310/325>. Acesso em: 20 out. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Escritos e Sussurros. *In*: FRAGOSO, Élcio Aloisio; DIAS, Juciele Pereira (orgs.). **Língua, conhecimento e história**. Porto Velho, Edufro, p. 15-30, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/92446211/L%C3%ADngua_conhecimento_e_hist%C3%B3ria. Acesso em: 23 out. 2025.

PERIĆ, Zdravko; BUNTIĆ, Mate. How blue blood became red. **Hum – Journal of the Faculty of Humanities and Social Sciences**. Mostar: University of Mostar, v. 16, n. 26, p. 37-63, 2021. Disponível em: https://hum.ff.sum.ba/wp-content/uploads/Hum26/Humdec2021_037_063.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

SCHONS, Cristiane; FUKUE, Kátia. Noções introdutórias sobre a função-avator e o hiperdiscurso. **Signum: Estudos Linguísticos**, Londrina, n.15/3, p. 343-360, 2012. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/12990>. Acesso em: 30 out. 2025.

WALSH, Catherine; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. vol. 26, n. 83, p. 1-16, 23 jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27. ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Tradução de Guilherme Adorno; Luciana Nogueira; Luís Fernando Bulhões Figueira; Mônica G. Zoppi Fontana. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

NASDAQ. NVIDIA Corporation Common Stock (NVDA) Historical Quotes. **NASDAQ**, 2025. Disponível em: <https://www.nasdaq.com/market-activity/stocks/nvda/historical>. Acesso em: 27 out. 2025.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

McCALLUM, Shiona. Elon Musk: Twitter rebrands as X and kills off blue bird logo. **BBC News**, 24 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-66284304>. Acesso em: 12 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 9-29.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PINTO, Leonardo; FERRAZ, Gabriel. Perspectivas do mercado financeiro para empresas de tecnologia em 2024. **Valor Econômico**. São Paulo, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/>. Acesso em: 27 out. 2025.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A globalização e as ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVEIRA, Janaine; GALLO, Solange Maria Leda; PEQUENO, Vitor. A Análise do Discurso materialista face à materialidade digital. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, SC, v. 25, p. 1-14, 2025. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/26952. Acesso em: 30 out. 2025.

VAN DIJCK, José. **The culture of connectivity: a critical history of social media**. Oxford Academic: Oxford University Press, p. 3-23, jan. 2013.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Sobre os autores

Luís Fernando da Silva

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4836-4028>

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina; Mestre em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Londrina/PR; Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional pela UNOPAR, Câmpus Londrina/PR. Graduado em Letras Anglo-Portuguesas na Universidade Estadual de Londrina; Professor de Língua Inglesa para o Ensino Fundamental II e Médio.

Rosemeri Passos Baltazar Machado

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3000-9941>

Professora da Universidade Estadual de Londrina e do Programa em Estudos da Linguagem – PPGEL/UEL; Coordenadora do Projeto PAD III – *Pesquisas em Análise de Discurso*: genealogia/des(construção) do corpo feminino e as dissimetrias de poder nas práticas sociais; Membro do LABEDISCO/CNPq – Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo; Pós-Doutora pelo Programa em Estudo de Linguagens – PPGEL, da Universidade Estadual da Bahia, *campus I* – Salvador.